

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
DISCIPLINA: HIST. ECON. SOCIAL VII – ÁFRICA PORTUGUESA
PROFESSOR: MARCELO BITTENCOURT
ALUNO: EVANDRO DE OLIVEIRA MACHADO

SOBRE A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA ÁFRICA

RESENHA CRÍTICA

ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord.). *O império africano 1825 – 1890*. Lisboa: Editora Estampa, 1998, pp. 93-126.

Ao iniciar a exposição com o título “*O projeto colonial português e a partilha de África*” (p. 93), “partilha” sem o emprego de aspas, de contrabando retira-se o africano do processo histórico. O foco da análise é, pois, os processos ocorridos na Europa. Portugal se defrontando com as potências de então, sobretudo a Inglaterra; eis aí um dos centros de toda a narrativa. Esta explicação unilateral do processo histórico, a meu ver, é o maior defeito de todo o texto.

No período estudado (1825 – 1890) o processo de transição do feudalismo para o capitalismo, na esfera econômica, já estava praticamente concluído no continente europeu. Ora, a célula da sociedade capitalista, como escreveu Marx, é a mercadoria¹. Esta, por sua vez, não existe sem o mercado. Mercadoria sem mercado é um absurdo tão grande quanto mercado sem mercadoria. É, pois, na produção e/ou comercialização de mercadorias onde se deve buscar o enriquecimento. Pressuponho, portanto, a existência de uma “arena” onde portadores de mercadorias concorrem uns com os outros. Pressuponho, portanto, como “pano de fundo” de toda esta discussão a existência de um **mercado mundial**. Portugal, França, Inglaterra, enfim, todos buscam – a todo custo – posições vantajosas neste mercado. Mas como? Dentre outros, controlando os processos produtivos mais avançados, as regiões fornecedoras de matérias-primas, os mercados, os capitais, etc. Enfim, colonizando o mundo até onde fosse possível. E para os europeus, colonizar a África já era possível.

É dentro deste contexto que Portugal vai construir o seu projeto colonial. Naturalmente, vai operar com aquilo que tem em mãos, a saber, no caso africano, as áreas em que manteve estreito contato no período em que a acumulação de capital se dava na esfera da circulação de mercadorias. Angola, Moçambique, etc. Incapaz, em razão de diversos fatores estruturais, de acompanhar a passagem da acumulação da esfera da circulação para a da produção, Portugal perde sua hegemonia para aquelas nações que experimentaram “revoluções industriais” de grande alcance². Vai, portanto, disputar o mundo com as novas potências numa posição subalterna.

O “atraso” de Portugal em relação às potências industriais não decorre apenas de suas limitações tecnológicas. Portugal está preso ao passado, o que salta aos olhos no

¹ “A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em imensa acumulação de mercadorias. E a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza”. MARX, Karl, *O Capital, Livro 1 – vol. I*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1988, p. 41.

² Explicando de forma popular, poderíamos dizer que Portugal teria caído para a “segunda divisão” do campeonato mundial de acumulação de capital.

exame que os autores fazem dos discursos e das práticas adotados sobre o fim do trabalho escravo e a sua substituição pelo trabalho livre nas áreas coloniais. Discursos modernizantes e práticas conservadoras. Embora não dito claramente no texto, este apego ao passado vai determinar – nas áreas coloniais africanas sob a influência de Portugal – uma política de transição do trabalho escravo para formas mais brandas de trabalho compulsório, mas muito próximas da escravidão.

É pertinente a análise que os autores fazem sobre as relações diplomáticas de Portugal com os ingleses. Não há sombra de ingenuidade em nenhum dos lados. Portugal parece mesmo ter consciência de suas limitações mas maneja os elementos de conjuntura internacional (por exemplo, os interesses franceses como principal rival dos ingleses) com mestria, forçando o reconhecimento de soberanias sem mesmo ter força para tanto, ainda que, aparentemente, tenha aberto incondicionalmente suas áreas africanas aos interesses ingleses (abertura das colônias ao comércio externo).

Na década de 80, as pressões externas sobre o continente inserem na política colonial portuguesa o uso sistemático do terror, do extermínio como exemplo, enfim, a brutalidade como prática da ordem do dia. Aqui, como em outras oportunidades, o africano aparece ..., realmente, mas já morto; vítima passiva. O emprego dos jesuítas, tentativas fracassadas de colonização de povoamento foram outros expedientes utilizados para acelerar o controle mais rigoroso das áreas coloniais. *“No cômputo global, todas estas iniciativas traduziram sem dúvida uma política mais agressiva, impulsionada pelo nacionalismo expansionista que dominava na metrópole. Os resultados foram débeis (...). No entanto, embora fugaz, a simples presença portuguesa em regiões como a Lunda ou Manica era relevante, na luta que se avizinhava pela posse dos territórios do interior da África Central”* (p. 115).

A expansão do império português na África foi contida pelos interesses de outras nações européias, em particular a Inglaterra. O *ultimatum* inglês, em 11 de janeiro de 1890, foi um marco importante deste processo, deixando bem claro para Portugal os limites de suas ambições além dos quais seria obrigado a enfrentar o poderio militar inglês, a diplomacia das armas.³

O *ultimatum* mudará o rumo da política econômica portuguesa na África, notadamente o reforço do protecionismo alfandegário. É a vitória dos setores mercantil e industrial no jogo da luta de classes em Portugal, favorecida pela crise econômica dos anos 90 que buscava no estreitamento com as colônias uma de suas saídas. *“O ambiente político criado pelo ultimatum deu o último impulso: para mais, afastada a idéia de obter o consenso das potências européias para a expansão do império português em África, a abertura econômica e a moderação pautal tornavam-se desnecessárias como instrumentos de relações externas”* (p. 118). A partir daí, a preocupação portuguesa será a ocupação administrativa e sobretudo militar de suas possessões.

Importante frisar, e nisto o texto deixa bem claro, que as atenções de Portugal para o continente africano foram em grande parte o resultado do fim do império luso-brasileiro. Os conflitos entre Portugal e Inglaterra continuariam, mudando apenas de continente. Em África, Portugal vai também enfrentar resistências por parte das estruturas locais herdadas do sistema imperial luso-brasileiro, historicamente ligadas ao Brasil – via comércio de escravos, e não muito dispostas à dominação direta de Lisboa.

³ “A seqüência é conhecida: após várias tentativas falhadas de chegar a um acordo sobre os respectivos limites na África Central, os dois países entraram numa linha de confronto, mais marcada desde fins de 1888, que culminaria, a 11 de janeiro de 1890, no célebre *ultimatum* inglês – uma nota onde se exigia a retirada das forças portuguesas das zonas em conflito (Chire e Machona), sob a ameaça explícita de ruptura das relações diplomáticas e implícita do uso da força, a que o governo de Lisboa cedeu de imediato” (p. 117).

Portugal, ao transitar do feudalismo para o capitalismo, renova suas ambições coloniais, agora de novo tipo, diversas daquelas que sustentaram o império luso-brasileiro. Atrasando-se na história, vai se defrontar com novas potências hegemônicas, nada simpáticas a supostos “imperialismos não-econômicos” para os quais se deveria ter qualquer tipo de respeito. Pura ingenuidade... É em função desta disputa e também no espírito de preservação talvez da única saída para suas crises econômicas (o mundo colonial, ou o que restou dele), que Portugal, agora dramaticamente vestido com os trajes da modernidade capitalista, ainda que meio desconfortável, saudoso dos velhos tempos, vai desesperadamente lutar com todas as suas forças para garantir e ampliar suas possessões africanas. “Ressurge”, pois, em África, com novas roupas e velhas práticas: as primeiras, em função de certa tolerância e aceitação de novas formas de trabalho não-escravas, sinais dos novos tempos; as segundas, em virtude de suas tradições históricas de dominação colonial que sempre tiveram como marca o emprego sistemático da violência mais brutal.

O conflito entre o velho e o novo é dramático em Portugal. Sem compreendê-lo, impossível se faz compreender as contradições de todo o projeto colonial português em África.

Evandro de Oliveira Machado.
Em 11.11.2005.